



De Brejo a Parque: estudo antropológico sobre a participação política nas políticas públicas de Educação Ambiental.

*Larissa Brito Ribeiro*¹

Resumo

Este trabalho resulta de um estudo etnográfico sobre os espaços e os modos da participação política nas políticas públicas de Educação Ambiental (EA) implementadas no Parque Santa Luzia em Uberlândia (MG). Num contexto nacional em que a participação política é acionada tendo em vista políticas públicas de EA de cunho crítico-emancipatório, no contexto local a participação da comunidade do bairro no qual está localizado o parque defronta-se, de um lado, com os diferentes posicionamentos do poder público local em relação à participação política dos diferentes grupos sociais e, de outro, com os paradoxos contemporâneos vividos pelo Estado pela falta de recursos. *De brejo a Parque*, a participação reivindicada pela comunidade aparece enquanto defesa de um território que faz parte de sua história no bairro, frente ao poder público local em busca de resolução efetiva dos problemas de degradação no Parque. As políticas públicas de EA nele implementadas, no entanto, distanciam-se das reivindicações dos moradores, inserindo a sua participação nas ações desenvolvidas no Parque como forma de gestão dos conflitos. A ausência de um 'capital específico' do campo ambiental, em termos de conhecimentos técnico-científicos a respeito dos problemas ali

¹ Mestranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, tem desenvolvido trabalhos que buscam pensar relações estabelecidas pelo homem com o meio ambiente, num primeiro momento sob a perspectiva do Turismo Aventureiro - atividade que envolve um deslocamento físico e moral para sua realização. Neste momento, tem iniciado estudos sobre as relações com o ambiente que envolvem vínculo das populações com um território urbano, um espaço ambiental, as políticas públicas aí associadas, e os conflitos ambientais deles decorrentes.

identificados, coloca a participação dos moradores em posição desigual nas ações de EA. Sua participação é, assim, reconhecida, mas ao mesmo tempo, esvaziada.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Políticas Públicas, Participação Política, Desenvolvimento Sustentável.

O lugar da Educação Ambiental

Pensada, formulada e articulada como instrumento de enfrentamento da atual crise civilizatória, a Educação Ambiental (EA) surge num contexto de problemas ambientais globais diante dos quais ela tem sido tomada como elemento importante no processo de mudança necessária para a resolução da crise. Trabalhos diversos, pesquisas, palestras, escritos, seminários, congressos, têm sido realizados no sentido de proporcionar um amadurecimento desse instrumento, bem como uma proliferação de cursos de educação ambiental, programas e núcleos de educação ambiental são implementados, com o intuito de formar agentes educadores ambientais e contribuir para a formação de uma “consciência ecológica”².

Definida pela Política Nacional de Educação Ambiental, em seu artigo primeiro como *“processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio*

² A noção de consciência nos debates ambientalistas é uma controvérsia em termos de seus significados. Ora é entendida como tomada de consciência no sentido individual, comportamental, ora é compreendida no sentido de um movimento dialético entre o desvelamento crítico da realidade e a ação social transformadora, através do qual os seres humanos se educam reciprocamente, mediados pelo mundo. Esta segunda noção é apresentada, por exemplo, em Loureiro (2005) tomando por base a Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire. A distinção destas noções se faz importante no caminho que este trabalho percorrerá para distinguir as principais tendências político-ideológicas e éticas que norteiam, em geral, os projetos de Educação Ambiental.

ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Brasil, 1999), a Educação Ambiental vem percorrendo caminhos que requerem reflexões em termos de suas posturas político-ideológicas, que devem ser compreendidas no bojo de sua formulação enquanto instrumento contribuinte para a solução da crise.

Nesse contexto, na contramão de propostas educativas ambientais de tipo reducionista - que reduzem a questão ambiental a um problema exclusivo de sustentabilidade físico-biológica e de gestão dos recursos naturais (Carvalho *apud* Lima, 1999) -, a *participação política* emerge como elemento importante no horizonte da Educação Ambiental, tendo em vista o envolvimento das comunidades no processo de resolução da crise. Assim, a educação ambiental partiria de uma ótica que elege a sociedade civil como sujeito privilegiado de ação. É, então, sobre os espaços da *participação política* das comunidades envolvidas que este trabalho se debruça.

O trabalho tem origem em um estudo realizado sobre as relações estabelecidas entre a comunidade do bairro Santa Luzia e o Núcleo de Educação Ambiental do Parque Santa Luzia, em Uberlândia/MG, procurando compreender os espaços da *participação política* junto às políticas públicas de Educação Ambiental. Trata-se, no entanto, de uma análise não através das próprias leis, diretrizes, normas e programas de Educação Ambiental, mas através do olhar do “outro”, numa tentativa de um exercício antropológico de perceber como esse “outro”, alvo das políticas públicas de Educação Ambiental, as apreendem em termos dos espaços e dos modos da *participação política*.

A entrada no universo etnográfico deu-se por meio de uma visita de um grupo de alunos de um curso de especialização em Educação Ambiental, do qual a pesquisadora fez parte, ao Parque Santa Luzia. Na visita foi relatada a história da formação do bairro, a colaboração dos moradores junto ao Parque, a grande importância dos moradores do bairro em sua manutenção, além das atividades de Educação Ambiental nele desenvolvidas: produção de artesanato com azulejos reciclados, oficinas de desenhos com as crianças e visitas agendadas pelas escolas e cursos universitários.

Em seguida, foi feita uma visita ao interior do Parque, através de uma trilha construída que dá acesso a um Buritizal, ponto mais destacado do Parque. Durante o percurso foram apontadas as questões relativas ao solo, à vegetação, à fauna do lugar, à poluição, chamando

atenção para a beleza do lugar e as sensações que a natureza remete, convidando-nos a abraçar as árvores para ‘sentir a natureza’.

Nessa visita, uma moradora do bairro, D. Antônia, mãe de uma das colegas do curso, Joana³, que também mora no bairro, chamou-me a atenção pela insistência em afirmar que o local mais importante de ser conhecido não era aquele, mas sim, o local mais degradado do Parque, que requeria atenção e ações efetivas por parte do poder público local. Por um lado, guia oficial do Núcleo apontava para a ação dos moradores que, por falta de uma “consciência ambiental”, contribuía para a degradação da área, bem como para a questão técnica da estrutura do bairro que implicava em erosão no local. De outro, D. Antônia falava-nos destas questões, mas ia além, reforçando as ações realizadas por um grupo de moradores do qual faz parte, junto ao poder público local, em prol de resolução dos problemas do Parque, baseadas em seu conhecimento da história do bairro uma vez que foram os primeiros a ali se estabelecerem quando da fundação do Conjunto Habitacional Santa Luzia.

Na expressão de D. Antônia existia certa revolta pelo fato da visita ao Parque ficar restrita somente àquela área, como também certo receio em os coordenadores da visita escutarem sua fala. A presença de D. Antônia ali, bem como o fato de sua filha Joana estar fazendo um curso de Educação Ambiental, instigaram-me a investigar a *participação* dos moradores, tão valorizada na fala dos coordenadores da visita, mas que, na fala de D. Antônia, longe dos ouvidos desses coordenadores, apontava outros meandros dessa *participação*.

A busca por informações sobre a história da cidade, bem como a história do bairro Santa Luzia, fez-se, então, necessária, dado o desconhecimento da investigadora a respeito da formação do bairro e, num contexto mais amplo, da própria história da cidade de Uberlândia. Tratou-se, então, de integrar a história à análise antropológica (Feldman-Bianco, 1987), apoiando-se em dados documentais e em trabalhos históricos já desenvolvidos sobre a cidade e sobre o bairro. A história oral (Bourdieu, 2002) fez-se, então, importante na busca por traçar a trajetória dos moradores do bairro, os posicionamentos do poder público local relativos às políticas públicas em geral voltadas ao bairro e, especialmente as políticas públicas de Educação Ambiental implementadas no Parque. A intuição etnográfica indicava a diferentes posicionamentos dos agentes envolvidos dentro daquilo que se apontava como uma estrutura de distribuição de diferentes espécies de capital do campo ambiental (Ribeiro, 1992 e 2005; Zhouri & Oliveira, 2005 e Zhouri; Laschefski & Pereira, 2005).

³ Os nomes apresentados ao longo do trabalho são fictícios, adotados pela pesquisadora.
CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais
Ano 2, Volume 4, Agosto 2008

Esses diferentes posicionamentos se revelam em torno de diferentes racionalidades (Zhouiri & Oliveira, 2005) que entram em disputa em torno do “espaço ambiental”⁴ (Zhouiri & Oliveira, 2005:50) do Parque Santa Luzia. Tais racionalidades em disputa revelam não somente os diferentes significados a respeito do lugar, mas também diferentes visões acerca da Educação Ambiental ali desenvolvida.

A compreensão dessas relações requer, portanto, a análise das questões ambientais que giram em torno do Parque Santa Luzia, bem como das ações de Educação Ambiental desenvolvidas por seu Núcleo de EA, dentro de um “campo de forças e disputas” (Bourdieu, 1993), marcado por assimetrias de poder⁵ entre aqueles que detêm o conhecimento técnico científico acerca dos problemas ambientais, gestores do Parque, e os chamados “leigos”, moradores do bairro, diretamente interessados em sua recuperação⁶. Na perspectiva desses trabalhos inspirados na teoria dos campos de Pierre Bourdieu, o campo ambiental é marcado por uma luta incessante pela apropriação da natureza por parte da racionalidade instrumental de um lado e, de outro, pelas populações em luta pelo reconhecimento de formas históricas de significação e apropriação do espaço. Nesse sentido, torna-se importante um resgate da inserção da Educação Ambiental no processo de institucionalização da própria questão ambiental.

⁴ Ao recorrer à noção de ‘espaço ambiental’ em sua análise sobre os espaços, lugares que entram em disputa em torno da construção de projetos industriais, Zhouiri & Oliveira (2005) recorrem aos autores Martinez-Alier, Opschoor e Pádua (apud Zhouiri & Oliveira, 2005:50). De uma maneira geral, esses autores concebem o ‘espaço ambiental’ como um espaço efetivamente utilizado por um determinado grupo social, tendo em vista o acesso ao mínimo de recursos naturais necessários à suas necessidades sociais básicas, à capacidade máxima de suporte da ecossfera e, sobretudo, os significados culturais desse espaço para seus grupos. O conceito de ‘espaço ambiental’, nesse sentido, permite revelar as assimetrias na apropriação social da natureza, geradoras de má distribuição ecológica e de conflitos ambientais, na medida em que a utilização de um espaço ambiental ocorra em detrimento do uso que aqueles segmentos possam fazer de seu território.

⁵ Os trabalhos desenvolvidos pelo Gesta/UFMG - Grupos de Estudos em Temáticas Ambientais, aqui referenciados pela Profa. Andrea Zhouiri e os trabalhos do IPPUR/UF RJ - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano do Rio de Janeiro, referenciados pelo Prof. Henri Acselrad, têm chamado atenção para a necessidade de se compreender as assimetrias de poder que perpassam as resoluções de conflitos ambientais como forma, inclusive, de analisar o tratamento dado à questão da participação social implementada pelo paradigma do Desenvolvimento Sustentável. Nesse sentido, esses trabalhos, em geral, têm se referenciado na teoria dos campos de Pierre Bourdieu.

⁶ A perspectiva antropológica aqui adotada investe no empreendimento relativamente recente da Antropologia em resgatar seus trabalhos do lugar de marginalidade que ocupou essa ciência diante dos debates travados pelo ambientalismo. A novidade desse empreendimento apontada por Zhouiri (2001) é a ruptura com a centralidade da categoria dos movimentos sociais para análise das questões ambientais. Tal ruptura deveu-se, em grande parte, ao fato de que o ambientalismo transformou-se em uma perspectiva cultural ao deixar de ser foco de discussão apenas pelo movimento ambientalista. O estabelecimento de uma perspectiva cultural ambientalista deu-se, de acordo com Zhouiri (2001 e 2005) e Acselrad (2001) no bojo de uma institucionalização do paradigma do Desenvolvimento Sustentável, pautado numa perspectiva de “participação” marcada por assimetrias de poder. A análise das questões ambientais, nesse sentido, requerem o enfrentamento dessas assimetrias como condição mesma para compreender-se os rumos da sustentabilidade que se tem e que se quer.

A institucionalização da questão e da educação ambiental

A proliferação de ações de Educação Ambiental no contexto atual tem como base um processo de institucionalização da questão ambiental (Lima, 2005) ocorrido mundialmente no pós-década de 1970 com os debates advindos da *Conferência de Estocolmo*, em 1972. No bojo desse processo foi realizado o primeiro debate institucional em termos de Educação Ambiental, de reconhecimento mundial, a *I Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tibilise*, em 1977, através da qual a Educação Ambiental foi introduzida como estratégia para conduzir à sustentabilidade ambiental e social do planeta. Com a publicação do *Relatório Brundtland*, em 1987, resultado da *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, criada em 1983 e presidida pela primeira-ministra norueguesa Gro Brundtland, a EA emerge como alavanca indispensável ao alcance do desenvolvimento sustentável (Reigota *apud* Lima, 1999).

Nesse mesmo contexto, surge o documento *Estratégia Internacional de Ação em Matéria de Educação e Formação Ambientais para o decênio de 1990*, do PNUMA/UNESCO, no qual a EA emerge como um dos instrumentos reconhecidos para o alcance do novo paradigma de desenvolvimento, numa tônica técnica, naturalizante e comportamental, em detrimento de aspectos éticos e políticos da questão ambiental (Lima, 1999). Assim, Educação Ambiental se adequa a uma perspectiva de Desenvolvimento Sustentável que busca conciliar as relações econômicas com o bem-estar das sociedades através de princípios de gestão política, cientificamente embasada, dos usos dos recursos naturais (Barbieri *apud* Zhouri, 2001).

Já o *Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global* - elaborado durante a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada simultaneamente à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) - afirma a Educação Ambiental numa perspectiva de incorporação de elementos da educação popular. Nessa abordagem, aprofunda questões sócio-políticas no interior da proposta de educação ambiental (Lima, 1999), numa perspectiva de crítica ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, substituindo-o pelo conceito de sociedade sustentável.

No Brasil, a Educação Ambiental ganha projeção social e efetivo reconhecimento público a partir da década de 1990, com a realização da Rio 92 (Loureiro, 2005), ganhando contornos diferenciados em torno da definição das estratégias da EA. Na mesma década, numa tentativa de implementar as bases nacionais para a Educação Ambiental, em coerência com as diretrizes mundiais para a área, apontadas pela Rio-92, ações direcionadas pela Agenda 21 entram no cenário através de uma lista de iniciativas para tornar o século XXI viável para todos. Dentre essas iniciativas foram realizados e estabelecidos o Programa Nacional de Educação Ambiental, 1994; Parâmetros Curriculares Nacionais, 1996; Conferência Nacional de Educação Ambiental, 1997; Lei 9795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental (Loureiro, 2005).

Além de tais iniciativas educacionais do tipo institucionais, chama-se atenção para o que Zhouri (2001) aponta como um *ambientalismo enquanto perspectiva cultural*, formado a partir do final dos anos 80, com o fim da Guerra Fria e os processos de globalização, que tem deslocado o espaço do político através do debate das questões ambientais. Essa nova perspectiva cultural, no entanto, coincide com a consolidação do conceito de Desenvolvimento Sustentável pelo *Relatório Brundtland*, fazendo com que ao mesmo tempo em que essa nova perspectiva cultural significasse um reconhecimento em termos mundiais da crise ambiental, institucionalizando a própria questão ambiental, esvaziasse a crítica da *Ecologia Política* sobre a moderna sociedade industrial em termos dos custos crescentes da reprodução do sistema produtivo (Zhouri; Laschefski; Pereira, 2005).

“O surgimento dessa crítica transformadora suscitou, no entanto, reações por parte dos defensores da industrialização enquanto evolução fatalista. [...] Mas os impasses relativos à poluição e à escassez de recursos para a produção industrial não passaram despercebidos pelos paladinos do desenvolvimento, sendo paulatinamente incorporados como ‘variáveis ambientais’ legítimas na discussão sobre a sociedade industrial. [...] E com isso, uma certa despolitização do debate ecológico foi ocorrendo, na medida mesma em que as forças hegemônicas da sociedade reconheciam e institucionalizavam aqueles temas ambientais que não colocavam em cheque as instituições da sociedade vigente [...] As referências políticas foram, então, se deslocando, alojando-se por entre inúmeros lugares sociais, incluindo uma variedade de ambientalismo. Foi dessa forma que a década de 1990 consagrou o termo ‘desenvolvimento sustentável’ como um campo de reconhecimento da ‘crise ambiental’ em escala planetária e como uma proposição para conciliação e consenso entre a crítica ambiental e a sociedade industrial” (Zhouri; Laschefski; Pereira, 2005:13-14).

A sustentabilidade, antes entendida pelos teóricos e militantes da Ecologia Política enquanto fruto de uma crítica radical à sociedade industrial, foi paulatinamente substituída pela concepção de Desenvolvimento Sustentável que, na perspectiva de Escobar (1998), Viola (2000) e Esteva (2000), apesar das diferenças em termos de suas linhagens político-teórico/metodológicas, apontam-na como nova estratégia do modelo de produção reproduzir um regime de representação pautado numa racionalidade instrumental ocidental que visa a acumulação capitalista⁷.

A institucionalização da questão ambiental (Lima, 2005) veio, então, acompanhada de um processo em que a defesa do meio ambiente deixou de ser exclusividade do “movimento ecológico”, para se tornar uma preocupação de todos, desde empresários, governos, donas-de-casa, estudantes e educadores (Zhouri, 2001). Estabeleceu-se assim, um ambientalismo que tem como alvo o Desenvolvimento Sustentável enquanto ideologia e utopia universalizante, que catalisa os diversos discursos sobre meio ambiente, política e sobre o político e ao mesmo tempo esvazia-os e dilui (Ribeiro, 1992).

Sobre essa nova variante do desenvolvimento identifica-se um discurso hegemônico de um Desenvolvimento Sustentável que, na perspectiva de Ribeiro (1992, 2005), só se aplica em função de uma plasticidade da própria noção de desenvolvimento, fazendo com que ela esteja sempre parcamente definida quanto ao seu fim, menos em termos de crescimento econômico. É esta plasticidade que ao mesmo tempo permite sua viabilidade continuada através de reformulações/reformas da noção de desenvolvimento, mantendo-se o princípio (o crescimento econômico) e reformando-se as adjetivações: desenvolvimento industrial, desenvolvimento capitalista, desenvolvimento socialista, comunitário, desigual, combinado, dependente, auto-sustentado, sustentável.

Dessa forma, para Ribeiro (1992, 2005), num momento em que acreditava-se na ‘morte das utopias’, o Desenvolvimento Sustentável aparece como um sistema ideacional⁸,

⁷ A concepção desenvolvimentista, na ótica desses autores, funda-se institucionalmente com o discurso de Harry Truman em 1949 que, tendo como seu oposto o subdesenvolvimento, tornava-se estratégia para enfrentar de um lado a recuperação da Europa no pós-Segunda Guerra e, de outro, os avanços do socialismo na América Latina e colônias da África e Ásia em luta pela independência. Tal concepção acabou por agir como uma espécie de “colonização da mente” (Escobar, 1998), que segue metamorfoseando-se em novas/velhas representações com o intuito de manter o cerne cumulativo do sistema capitalista.

⁸ Trata-se, para Ribeiro (1992) de uma combinação de ideologias e utopias que tem uma função simbólica de integrar a sociedade dentro de uma luta por hegemonia. *“Uma das principais características dos sistemas ideacionais é que se compõem de diferentes apelos de legitimidade sobre distintas questões que são percebidas como centrais para a reprodução da vida social. Mais além das funções integrativo-simbólicas que são uma das facetas de qualquer sistema ideacional, pode-se concordar, como disse, que as ideologias referem-se a um conjunto de referentes passados que são construídos com o propósito de interpretar e, com frequência, manipular o presente.[...]Todos os sistemas ideacionais referem-se ao passado,*

formado por uma ideologia do desenvolvimento que manipula a concepção de desenvolvimento do passado no presente, e utopia da sustentabilidade, que manipula a concepção de vida que se quer ou deveria ter no futuro, no presente. Daí explica-se o princípio genérico de sustentabilidade utilizado no sentido de atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.

Sob a forma de ‘sistema ideacional’, o Desenvolvimento Sustentável garante o reconhecimento da problemática ambiental sob os auspícios do mercado, sem contestar o crescimento econômico, colocando-o, na verdade como uma solução que acena para um melhor “futuro comum” (Ribeiro, 1992 e 2005).

“... para entender melhor a que veio e a quem atende o conceito de desenvolvimento sustentável, é preciso fazer sua genealogia reconstituindo as relações de força que o produziram. Desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, ficou claro que a preocupação dos organismos internacionais quanto ao meio ambiente era a de produzir uma estratégia de gestão desse ambiente, em escala mundial, que atendesse a sua preservação dentro de um projeto desenvolvimentista. Dentro dessa perspectiva produtivista, o que se queria preservar de fato era um modelo de acumulação de riquezas onde o patrimônio natural passava a ser um bem. O apelo à humanidade e ao bem-estar dos povos era usado como alibi, sempre citado ao lado os objetivos de crescimento econômico, emprestando uma preocupação humanista a intenções não tão nobres” (Carvalho apud Ribeiro, 1992-18-19).

‘Gestão’ política e racional das condições naturais de produção, ‘manejo’, ‘avaliações técnico-científicas’ e até mesmo ‘educação’, entram na lógica desse sistema ideacional. Funcionam com o objetivo de garantir a preservação de uma ideologia do passado no presente, a do desenvolvimento, e uma utopia do futuro no presente, a da sustentabilidade, objetivando garantir essas mesmas condições naturais de produção às gerações futuras, com vistas a um novo ciclo de desenvolvimento.

Na perspectiva de Zhouri e colaboradores (2005) trata-se de um *Ambientalismo de Resultados* que, tendo em vista a recuperação e continuidade da expansão do capital no pós-Crise da década de 1970, dá continuidade a uma concepção de natureza como realidade externa à sociedade e às relações ao convertê-la em variável a ser ‘manejada’, administrada e

presente e futuro. Mas as utopias [...] são fundamentalmente orientadas para o futuro. [...] Assim, os sistemas ideacionais, internamente aos quais todas as ideologias e utopias se localizam, são o universo onde se desenrola uma luta por hegemonia tanto em termos de ideologias, quanto de utopias” (Ribeiro, 1992:7-8).

gerida, de modo a não impedir o ‘desenvolvimento’. Os problemas sociais e ambientais tornam-se, assim, passíveis de ‘negociação’ entre os atores, incluindo formas de ‘participação’, ‘parceria’ e ‘empoderamento’ (empowerment) da sociedade civil. Nesse sentido, trata-se de uma forma de promover a capacitação dos atores mais fracos, de maneira que se tornem mais ‘capazes’ de ‘negociar’ com os agentes governamentais e com o setor privado. Segundo Zhouri e colaboradores (2005) os convidados a essa governança são, em geral, os representantes de ONGs e movimentos sociais e ambientalistas, portadores de uma profissionalização técnica, com habilitação em linguagem específica do campo ambiental. Tal ‘governança’ tem em vista um ‘consenso’ na resolução das problemáticas ambientais que, para Zhouri tem resultado de um lado, num mecanismo de cooptação da chamada sociedade civil e, de outro, em acomodação desses atores a um “ambientalismo de resultados” diante do crescente peso político dessa perspectiva ambientalista.

A participação política e parceria da sociedade civil, dessa forma, entram numa lógica de formação de uma especialidade técnica como um “capital específico” do campo ambiental, que resulta na formação dos excluídos do processo de negociação, aqueles que não detêm esse ‘capital específico’ do campo ambiental, a comunidade envolvida. Zhouri e colaboradores (2005) chamam atenção para a importância que assume nesse contexto o ‘perito técnico’, treinado na arte da ‘resolução dos conflitos’, ou poderia-se dizer mesmo ‘manejo dos conflitos’. Alocados nos departamentos e secretarias ambientais das administrações públicas e privadas, dominador das questões legislativas, esse profissional do campo ambiental tem um lugar cativo na adequação do meio ambiente e da sociedade pelo discurso técnico-científico aos projetos de desenvolvimento sustentável.

É nesse cenário de formação de uma especialidade técnica como “capital específico” do campo ambiental que se inserem os profissionais da educação ambiental, no mesmo contexto da institucionalização da questão ambiental pelo paradigma do Desenvolvimento Sustentável. A implementação de diversas iniciativas de educação ambiental de frentes variadas, institucionais ou não, governamentais ou não-governamentais, empresariais ou religiosas, vem suscitando debates sobre as perspectivas da Educação Ambiental em termos de sua real contribuição para a superação da crise socioambiental que se coloca⁹.

⁹ É importante ressaltar aqui, para melhor situar o leitor que, ao chamar atenção para a inserção do profissional em Educação Ambiental nessa formação de um “capital específico” do campo ambiental, pretendo tomar essa profissionalização como ponte para abrir a discussão sobre os diversos posicionamentos político-ideológicos e éticos da própria Educação Ambiental que orienta seus profissionais. O foco desse trabalho é, portanto, o olhar daquele que é alvo da EA, os moradores do bairro CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais
Ano 2, Volume 4, Agosto 2008

“Uma das graves falhas dos processos educativos denominados ‘temáticos’ ou ‘transversais’ (Educação Sexual, Educação em Saúde, etc.), que se reproduz na Educação Ambiental, é a falta de clareza do significado da dimensão política em educação. Esse fato se verifica ao observarmos que a atuação dos educadores vem tornando as iniciativas educacionais ambientalistas, limitados à instrumentalização e à sensibilização para a problemática ecológica, mecanismos de promoção de um capitalismo que busca se afirmar como verde e universal em seu processo de reprodução, ignorando-se, assim, seus limites e paradoxos na viabilização de uma sociedade sustentável” (Loureiro, 2005:70).

Para Loureiro (2005), essa falta de clareza da dimensão política em Educação Ambiental aponta para um reducionismo de sua produção específica, decorrente de uma íntima associação entre uma dimensão técnico-gerencial dos recursos naturais e a comportamental ‘ecologicamente correta’, expressa no processo de institucionalização da questão ambiental no país. Tal associação acaba por reduzir o caráter transformador da EA no sentido de um alcance de uma cidadania substantiva, por mais ricas e criativas que sejam as propostas metodológicas e práticas.

“No âmbito da Educação Ambiental, essa dissociação comum entre o técnico e o político pelo professorado e pelo movimento ambientalista que atua na prática educativa pode ser explicada como resultante do processo de individualização da ação em sociedade e da lógica mercantil-privatista que enfatiza as dimensões técnicas e gestionárias em nome da eficiência produtiva no cumprimento de metas estabelecidas e em detrimento da dimensão humanística, entre outros fatores específicos relativos à própria dinâmica do ambientalismo. É o conhecido e denunciado risco de colonização do ‘mundo da vida’ pelo sistema econômico (Habermas, 1989), ou a denominada perda de autonomia na heteronomia produzida pelo capitalismo globalizado (Gorz, 1994; Castoriadis, 1982)” (Loureiro, 2005:91).

Uma *apologia à rendição* (Bauman *apud* Loureiro, 2005:70) vem então, em geral, cercando as ações de educadores em EA, no sentido de que o que se pode fazer é *sensibilizar, minimizar* ou *mitigar* os problemas existentes através de uma *gestão dos recursos naturais* (*ibid*). Incluem-se aí os projetos de Educação Ambiental desenvolvidos como cumprimento de

Santa Luzia, o que traz a necessidade de analisar o tipo de posicionamento da EA ali desenvolvida para compreender as percepções da comunidade a respeito do Núcleo de Educação Ambiental ali instalado.

medidas mitigadoras ou compensatórias de projetos que resultam em grande impacto ambiental, reguladas pelos próprios licenciamentos ambientais.

Nesse mesmo sentido, Lima (2005) aponta para uma ausência de esforços para a caracterização e diferenciação das principais tendências político-ideológicas e éticas que dividem o campo ambiental em geral. Articula-se, então, uma ginástica discursiva que prega conciliação entre eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica, num sistema que, em seu cerne, é destruidor de seu próprio recurso e desigual na distribuição e apropriação desses mesmos recursos.

No campo da Educação Ambiental, Lima (2005) analisa essas ausências em termos de que ela faz parecer que todos coadunam com as mesmas idéias e ideologias. Para o autor, uma vez que a institucionalização da EA coincide com a institucionalização da questão ambiental pelo paradigma do Desenvolvimento Sustentável, tais ausências são explicadas pela própria despolíticação dos discursos e práticas do desenvolvimento sustentável e pelo esvaziamento dos conflitos propiciados pelos discursos conciliatórios de que ele, o desenvolvimento sustentável, é o principal agente. Como conseqüência, o autor aponta uma diluição dos conteúdos crítico-emancipatórios para a Educação Ambiental.

“... as concepções e práticas educativas não possuem uma realidade autônoma, mas se subordinam a um contexto histórico mais amplo que condiciona seu caráter e sua direção pedagógica e política (Carvalho, 1998) [...] São esses macrodebates político-ideológicos e filosóficos, relativos aos modelos concorrentes de desenvolvimento, que acabam por orientar as definições nos planos educacional, tecnológico, científico, produtivo e trabalhista, entre outros. Nesse sentido, o debate sobre a educação ambiental guarda uma correspondência direta com as clivagens que disputam o campo do ambientalismo e da sustentabilidade, de um modo geral, assumindo variações em torno do eixo polarizado pelo conservadorismo e a emancipação” (Lima, 2005:120).

A incursão às matrizes político-ideológicas da Educação Ambiental feita por Lima (2005) permitiu-o fazer uma classificação da EA em três grandes concepções político-culturais que giram em torno do debate da sustentabilidade. Num pólo encontra-se a modalidade *conservadora*, a qual interessa-se pela “*conservação da atual estrutura social, com todas as suas características e valores econômicos, políticos, éticos e culturais*” (Lima, 2005:125). De outro, encontra-se a polaridade *emancipatória*, que se define no “*compromisso de transformação da ordem social vigente, de renovação plural da sociedade e de sua*

relação com o meio ambiente” (Lima, 2005:125). O autor propõe ainda uma terceira categoria intermediária, a do conservadorismo dinâmico, caracterizado por um “perfil reformista, superficial e reducionista”, que opera ‘por mudanças aparentes e parciais nas relações sociais e nas relações entre a sociedade e o ambiente enquanto conserva o essencial. Na verdade, a própria racionalidade de sua ação apóia-se na idéia de antecipar mudanças cosméticas a fim de garantir que não haja mudanças” (Lima, 2005:125).

A classificação proposta por Lima (2005) sugere que as análises da percepção daqueles que são alvo da Educação Ambiental (no caso específico deste trabalho, os moradores do bairro Sta. Luzia) pode ser propiciada pela problematização dessa classificação dentro de uma noção de “campo” proposta por Pierre Bourdieu e retomada por Acselrad (2001 e 2004), Carvalho (2001), Ribeiro (2005), Zhouri (2001), Zhouri & Oliveira (2005) e Zhouri e colaboradores (2005), enquanto uma esfera em que se trava uma luta em torno de interesses específicos a partir da posse de capital social específico do campo em questão (Bourdieu, 1993).

Organizado em torno da racionalidade instrumental, o ‘capital social específico’ do campo ambiental gira em torno do conhecimento técnico dos profissionais das chamadas “ciências ambientais”, dotados de uma linguagem marcada por uma “objetividade” e “neutralidade” que esvazia o conteúdo político das questões ambientais. Zhouri e colaboradores (2005), ao analisar a efetividade da participação de populações atingidas por projetos hidrelétricos nos processos de licenciamento ambiental, identificam que a especialidade técnica da linguagem própria do campo ambiental é um dos importantes elementos que estabelecem desigualdades de poder na implantação desses projetos.

“A técnica, como linguagem, é um instrumento de significação e imposição de um modo de ver o mundo, por isso, sua ‘objetividade’ e ‘neutralidade’ são socialmente definidas. Logo, na luta pela significação e pela apropriação do meio ambiente, ela vai se tornar o instrumento por meio do qual se desqualificam e deslegitimam as populações atingidas, compostas em geral por agricultores e comunidades. Como um elemento de composição do ‘capital específico’ do campo ambiental, a exigência de conhecimento técnico torna-se, aí, uma das principais vias de marginalização. [...] os estudos ambientais deixam de ser um mecanismo de esclarecimento, ‘tornando-se mais um elemento de obscurecimento do empreendimento’ (Lemos, 1999)” (Zhouri; Laschefski; Pereira, 2005:105-106).

A íntima associação entre a dimensão técnico-gerencial dos recursos naturais e a comportamental ‘ecologicamente correta’ da Educação Ambiental proposta por Lima (2005) e Loureiro (2005) nos permitem apontar para um determinado tipo de concepção e prática de Educação Ambiental que se insere no campo do desenvolvimento sustentável, abrindo espaço para disputas entre diferentes racionalidades que revelam desigualdades na distribuição de poder no campo ambiental. A matriz do conservadorismo dinâmico da Educação Ambiental se coaduna, então, com a tendência do campo ambiental de reproduzir essas desigualdades de poder, revelando que as práticas de educação ambiental estabelecem correspondência direta com as clivagens do campo do ambientalismo e da sustentabilidade.

“Por seu dinamismo e pela influência enganadora que produz nas representações públicas sobre a questão ambiental, consideramos o conservadorismo dinâmico como o mais poderoso obstáculo a uma abordagem transformadora dos problemas ambientais, o que se explica também por outros motivos. Em primeiro lugar, por representar o discurso hegemônico no campo ambiental, avalizado por um grande número de organismos governamentais, não-governamentais e privados, nacionais e internacionais é, sem sombra de dúvida, o mais visível e freqüente nos meios de comunicação e, portanto, o mais acessível à maioria do público leigo. Em segundo lugar, por utilizar uma linguagem científica e técnica e transmitir uma imagem de neutralidade desses saberes, convertendo-os em argumentos de autoridade sobre os quais não cabem questionamentos. [...] Por último, as iniciativas reformistas do conservadorismo dinâmico, ainda que paliativas, e sua ampla divulgação na mídia atuam no sentido de esvaziar a insatisfação pública e desmobilizar as possíveis reações das populações prejudicadas pelos efeitos da degradação ambiental. Ou seja, se a empresa privada e o Estado - ironicamente os principais geradores dos riscos ambientais - ocupam-se do problema pelo desenvolvimento de organismos de gestão, conselhos, leis, selos e mercadorias verdes, além de ‘programas de educação ambiental’, só resta ao cidadão despreocupar-se e cuidar de sua vida privada” (Lima, 2005:125-126).

Apesar dos cuidados necessários e ressalvas em relação às classificações diretas, a distinção proposta por Lima (2005) das práticas de Educação Ambiental, nos permitem associá-la às concepções de sustentabilidade advindas das reivindicações da Ecologia Política e a do Desenvolvimento Sustentável. De um lado, então, poderíamos associar as modalidades conservadora e do conservadorismo dinâmico da Educação Ambiental, principalmente esta segunda, às políticas e concepções de Desenvolvimento Sustentável, pelo seu caráter reformista da concepção de desenvolvimento, apontada por Ribeiro (1992 e 2005). De outro, poderíamos associar a modalidade emancipatória à crítica radical da Ecologia Política à

moderna sociedade industrial. Nesse sentido, uma proposta de Educação Ambiental Emancipadora se orientaria por um princípio de justiça ambiental (Acselrad *et al*, 2004) que nortearia as ações educativas, inclusive no direito das populações em relação aos significados atribuídos por elas aos seus ‘território’ (Little, 1992) seus usos e destinos.

Ao identificar uma disputa estabelecida entre os moradores do bairro Sta. Luzia e o órgão público gestor do Parque e do Núcleo de EA ali instalado em torno do papel da EA e da forma de gestão do Parque, verificou-se a necessidade de melhor compreender a disputa por esse ‘espaço ambiental’ (Zhourri & Oliveira, 2005) que se apresenta marcada por desigualdades na distribuição de poder. O ‘espaço ambiental’ do Parque Santa Luzia - tomado aqui não somente como recurso, natureza a ser manejada e gerida, mas como lugar (Augé, 2003), ou como ‘território’ (Little, 1992) sobre o qual a população local atribui significado cultural -, reflete, então, as disputas e desigualdades de poder que marcam o campo ambiental sobre as quais esse trabalho se debruça.

De brejo a Parque: espaços da participação em políticas públicas de Educação Ambiental

A história do Parque Santa Luzia confunde-se com a história do Conjunto Habitacional Santa Luzia, fundado no ano de 1981, e hoje inserido na categoria de Bairro. Trata-se de uma área que sofreu os impactos do rápido processo de urbanização no qual se inseriu a cidade de Uberlândia, e no caso específico a zona sul da cidade, onde se localiza o parque, a partir da década de 1980.

De “*brejo a Parque*”, o processo que resultou na elevação à categoria de Parque (Rosa *et al*, 2003) inseriu-se em uma série de reivindicações dos moradores por melhorias no bairro. Reis (2003) ao buscar refletir sobre os modos de viver e morar dos trabalhadores dos Conjuntos Habitacionais Segismundo Pereira e Santa Luzia, analisa a reconstrução de viveres e de território no novo local de moradia com a aquisição da casa própria. Em seu trabalho, identifica o estabelecimento de estratégias e relações entre os moradores do bairro, bairros vizinhos e Poder Público local para consolidar não somente seus direitos de ter/morar em sua casa própria, mas principalmente, usufruir de bens e benfeitorias públicas que tornassem o bairro num espaço possível de viver.

“Além do isolamento, os Conjuntos foram marcados por uma infraestrutura precária, exigindo dos seus moradores uma luta constante com o Poder Público, para tornarem efetivos, no local, a prestação dos serviços públicos básicos à vida: água, esgoto, energia e, sobretudo, os acessos à saúde, à educação, ao lazer e ao trabalho” (Reis, 2003:14).

Na década de 1990 essas reivindicações por melhoria da infra-estrutura do bairro permanecem, mas redirecionam-se para os problemas enfrentados pelo Parque, que culminam com a criação do Núcleo de Educação Ambiental no ano de 2003.

A criação do Núcleo, no entanto, é tomada pelos moradores como um artifício do poder público local para dar resposta às suas reivindicações, não sendo, em sua perspectiva, uma resolução efetiva dos problemas do Parque, o que tem marcado a história do Núcleo de Educação Ambiental por uma grande invisibilidade para a maior parte dos moradores do bairro:

“É... assim... uma avaliação que eu posso dizer.. é que 98% das pessoas que eu pergunto... são muita gente mesmo.. num sabe nem que existe núcleo de educação ambiental.. num sabe que tem essa casa aqui que é o núcleo... então.. na mesma proporção num sabe que... igual eu te falei né.. que o brejo virou um parque municipal... quando eu falo que é um parque municipal as pessoas até acha que é brincadeira. Num concordam de sê um parque municipal se é deixado desse jeito...” (Danilo, colaborador da Associação de Preservação Ambiental das Nascentes da Lagoa e Parque Santa Luzia).

Na perspectiva do grupo estudado, o Núcleo de Educação Ambiental aparece como algo distante de grande parte dos moradores, bem como a própria noção que eles têm em relação à categoria Parque, dadas as condições de degradação em que se apresenta, numa demonstração de um afastamento do poder público em relação aos problemas que o local vem enfrentando.

Localizado em uma área de vereda, o Parque Santa Luzia enfrenta problemas de erosão, assoreamento da lagoa nele existente, perda de árvores de Buritis, lixo, esgoto, que vem colocando em risco não somente a vida do Parque, mas também toda sua história que faz parte da história desses moradores no bairro. É a partir de uma relação histórica com o bairro que tais problemas são identificados e sua resolução é reivindicada.

Que na época que nós conheceu... que nós mudamo pra qui.. essa água era uma água limpa, da lagoa, da parte ali da nascente, era água limpa, o povo lavava até roupa, criança tomava banho e a gente foi veno que... com o passar do tempo depois que a gente vê que vem essas água aqui da parte aqui do Segismundo Pereira, do lado do São Jorge, a gente foi vendo que... o mau cheiro, né, a água, tinha muito peixe agora a gente nem vê mais esses peixe [...] Esse núcleo nós, a nossa luta, que toda vez que nós conversava, que tinha nossa reunião, nós não falava, isso foi uma coisa que nós não pedimo. A nossa idéia mais era.. era sempre mesmo a preservação mesmo da nascente, a nossa luta que nós começô mais foi pela nascente, foi pela água, pelos esgoto, que nós queria que não caísse esgoto lá dentro, a nossa luta... o lixo, aí essa idéia de fazer o núcleo já foi parte da secretaria de meio ambiente, do prefeito, que aí ia ser um local assim de sala estudos, né. Aí foi que saiu essa idéia foi... partiu foi deles, nessa época que o secretário era o Eduardo Bevilacqua, foi que saiu essa idéia, partiu foi deles (D. Antônia, integrante da Associação de Preservação Ambiental das Nascentes da Lagoa e Parque Santa Luzia).

Muito mais que uma racionalidade instrumental econômico-científica (Zhouri, 2001; Zhouri; Laschefski; Pereira, 2005), pautada em conhecimentos técnicos de planejamento e engenharia urbana, é uma razão histórica (Little, 1992) decorrente de sua vivência com o bairro, com seus vizinhos e com a cidade, que leva o grupo de moradores a perceber a origem do esgoto, do assoreamento da lagoa, bem como da erosão. São as relações estabelecidas com o bairro que os leva a identificar a presença do esgoto como sendo, de um lado, oriunda de ligações clandestinas de esgoto por parte de alguns moradores - justificadas como necessárias quando da ampliação das casas de conjunto, pelo custo reduzido -, de outro, a precária infraestrutura da rede de esgoto do bairro, boa parte dela desembocando no próprio Parque.

É com base numa racionalidade histórica, portanto, que justificam suas reivindicações junto ao poder público local em relação ao Parque. Essa defesa se dá tendo o Parque como seu *território* ou *homeland* (Little, 1992), sobre o qual exerce um esforço de ocupação, uso, controle e identificação, e sobre o qual manifesta vínculos afetivos expressos na memória coletiva (Halbwachs, 1990) do bairro.

Em seu trabalho sobre os processos de territorialização relativos às questões fundiárias dos chamados povos tradicionais no Brasil, Little (1992), ao tratar das formas de estabelecimento de um ambiente geográfico como *território* ou *homeland* por parte desses povos, aponta para um tipo de relação com o *território* fundada numa razão histórica, baseada num “*regime de propriedade comum, sentido de pertencimento a um lugar específico e profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva*” (Little, 1992:22).

Apesar de os dados etnográficos não apontarem aos moradores do bairro Santa Luzia como pertencendo a essa classificação de ‘povos tradicionais’, aposta-se aqui na possibilidade

de tratar de processos de *territorialização* a partir de uma conduta territorial por parte dos moradores em relação ao Parque, que se revela através de um esforço coletivo por utilizá-lo em termos de sua identificação com o lugar, criando vínculos históricos e significados afetivos e culturais que permeiam sua relação com seu *território*.

Trata-se de uma categoria de análise entendida como latente em todo e qualquer grupo (Casimir *apud* Little, 1992), mas que torna-se explícita em contingências históricas específicas em que passam a ser defendidos e reafirmados. A defesa desse *território*, então, dá-se frente ao poder público local, num sentido de uma busca por formas próprias de significação com o Parque, indo de encontro às ações de Educação Ambiental nele implementadas.

Participação em contextos reais

Tais contingências históricas aparecem na fala dos moradores ao se referirem às diferentes formas de tratamento dadas à sua participação, junto às questões relativas ao Parque, pelos diferentes grupos políticos que se revezam no poder público local. Segundo Jesus (2002), pode-se identificar em Uberlândia um processo político em que se encontra de um lado, um grupo conservador que se manteve no poder desde a emancipação da cidade em 1888 até o ano de 1982, caracteristicamente voltado à expansão do capital e distanciado das questões e dos movimentos sociais. De outro, um grupo político progressista que emerge no contexto da “redemocratização” do país, assumindo o poder em 1983, com uma proposta política voltada às questões sociais e aberta à participação popular.

As intervenções públicas na área do Parque se apresentam inseridas nesse contexto de mudanças no cenário político da cidade de Uberlândia, revelando aproximações e distanciamentos do poder público local em relação aos diversos movimentos sociais da cidade. De acordo com Jesus (2002), desde 1888 - quando da emancipação política de Uberlândia - até 1982, as políticas públicas da cidade mantiveram características bastante semelhantes em termos de uma gestão pública voltada para fortalecer e expandir o capital econômico e financeiro da cidade. Assim, em nome do progresso da cidade, as políticas públicas desse período apresentaram-se distanciadadas das questões sociais e dos movimentos

sociais, sob a evocação da imagem de cidade progressista, formada por um povo honesto, ordeiro e trabalhador¹⁰.

Segundo a autora, o contexto político de “redemocratização” nacional contribuiu para uma nova administração em 1983, caracterizada por uma proposta política voltada às questões sociais e aberta à participação popular. Em 1989, o grupo político que governava a cidade até 1982 retorna ao poder para nele permanecer por doze anos (1989-2000), mas agora marcado por mudanças significativas em termos de tratamento das questões sociais, dada uma maior visibilidade de propostas políticas de esquerda no cenário político nacional. Nesse período, segundo Jesus (2002), uma aproximação às questões sociais e à participação popular pode ser percebida nas políticas públicas implementadas por esse grupo político.

Essa alternância no poder aparece novamente nos anos 2000, quando em 2001 volta ao poder o mesmo grupo progressista, perdendo espaço novamente em 2005 para o grupo político apontado pela autora como conservador (Jesus, 2002). No bojo desse processo, os espaços e os modos da participação política relativos ao Parque Santa Luzia se delineiam em torno dos diferentes posicionamentos dos diferentes grupos políticos locais em relação à participação.

“O que aconteceu em relação a isso foi o seguinte... quem iniciou esse movimento de criação de entidades... associações... foi o governo anterior... no início dos anos oitenta... [...] aí eles abriram o leque... aí criaram muita associação, muitas entidades... aí a outra administração pegou... no ano seguinte ela já cortou as entidades... falou “não..porque isso aí... não... num vamo mexer com povo não... é nós que vamo decidi... aqui falou tá falado... num vou ouvir a população...”. Aí passou.... quando foi na outra.. eles já começaram a sentir que precisava do apoio das entidades... [...] É a mesma administração... [...] é a administração que voltou, né... foi.. porque aí... entrou uma administração... aí eles fizeram... conseguiram ir pra frente, né.. então eles ficaram doze anos no mandato, né... então.. aí quando eles viram que precisavam das entidades... aí eles começaram a se reunir... começaram a se manifestar... esse nosso movimento lá... talvez nosso movimento ajudou muito nisso... o nosso movimento da área verde foi um deles... que foi através dessa administração.. dessa dos doze anos lá... (Sr. Inácio, ex-presidente da Associação de Moradores do Bairro Santa Luzia).

¹⁰ Esse ideário de ordem, progresso e desenvolvimento é identificado em diversos trabalhos sobre a cidade, dentre os quais pode-se destacar: 1) DANTAS, S. M. **Veredas do Progresso em tons altissonantes: Uberlândia (1900-1950)** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2001. Dissertação (Mestrado em História); 2) MACHADO, M. C. T. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada - Uberlândia 1965 - 1980.** São Paulo: USP, 1990. Dissertação (Mestrado em História); 3) MEDEIROS, E. A. de. **Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade: Uberlândia - 1970-2001.** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2002. Dissertação (Mestrado em História); 4) PESSÔA, V. L. **Características da modernização da agricultura e do desenvolvimento rural em Uberlândia.** 1982. 167f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IGCE, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1988.

A participação política entra, então, no cenário local, fazendo parte ora de programas políticos voltados à Democracia Participativa, por parte dos grupos progressistas, ora como estratégia de retomada da base eleitoral, por parte dos grupos conservadores (Jesus, 2002). A elevação à categoria de Parque no ano de 1997 é resultado dessa estratégia de aproximação à base eleitoral por parte dos grupos conservadores, com o reconhecimento de uma manifestação pública que reuniu cerca de 3.000 pessoas através do movimento “O meio ambiente somos nós”. Se num primeiro momento essa iniciativa foi bem vista pelos moradores, em seguida foi analisada com desconfiança em decorrência do abandono em que se encontrava a área, levando a uma nova manifestação no ano 2000.

Desigualdades de poder

Nesse contexto, diferenças em termos de competências comunicativas e lingüísticas próprias do campo do desenvolvimento (Ribeiro, 2005) começam a aparecer inseridas em uma estrutura de distribuição de diferentes espécies de capital do campo ambiental (Ribeiro, 1992 e 2005; Zhouri & Oliveira, 2005 e Zhouri; Laschefski & Pereira, 2005).

Eles não estavam implementando o plano de manejo. Só que a gente não sabia. Nem sabia o quê que era plano de manejo. Arlete que falava olha se vocês não usarem os termos técnicos eles vão fazer de conta que..., sabe? Se você liga lá e Ah! tá acontecendo isso, tá acontecendo aquilo... nada né? A gente queria provas de que a água tava contaminada, por isso que eu liguei na UFU pra fazer a análise. Só que na época nós não tivemos condições de fazer essa análise da água porque a UFU cobrava e a associação não tinha dinheiro (Joana, colaboradora da Associação de Preservação Ambiental das Nascentes da Lagoa e Parque Santa Luzia, filha de D. Maria Batista).

Ressalta-se que trata-se de um contexto político marcado internacionalmente pela institucionalização da questão ambiental e do próprio discurso do Desenvolvimento Sustentável (Lima, 1999, 2003 e 2005; Loureiro, 2005; Ribeiro, 1992 e 2005 e Zhouri *et al*, 2005). Estabelece-se assim, um campo ambiental (Zhouri & Oliveira, 2005; Zhouri *et al*, 2005 e Ribeiro, 1992) enquanto um “campo de forças e disputas” (Bourdieu, 1993; Bourdieu *apud* Zhouri *et al*, 2005 e Bourdieu *apud* Ribeiro, 2005) que, ao requerer um capital específico (Zhouri *et al*, 2005), exclui boa parte dos sujeitos sociais envolvidos no processo.

Como um elemento de composição do ‘capital específico’ do campo ambiental, a exigência de conhecimento técnico torna-se, aí, uma das principais vias de

marginalização. [...] os estudos ambientais deixam de ser um mecanismo de esclarecimento, 'tornando-se mais um elemento de obscurecimento do empreendimento' (Lemos apud Zhouri et al, 2005:105-106).

Essa exigência de um conhecimento técnico específico apresenta-se como uma tentativa de reconhecimento parcial da participação política e, ao mesmo tempo esvaziá-la. A percepção de uma desigualdade nas relações é, então, identificada pelos moradores como fazendo parte das diferenças de conhecimento específico desse campo ambiental, no qual eles já entram em condições de desigualdade.

“Você sentiu.. quando você começou a usar alguns termos técnicos.. você sentiu que houve uma mudança de tratamento Lourdes?

Houve.. é.. eu acho que tem.. [...] então tem que entender de legislação.. por quê? aí chega um membro lá da secretaria.. é claro que eles não vão contra eles mesmos, então.. vão falar..’ não.. D. Maria Batista tá enganada.. isso não é assim.. não entende’. Agora.. se eu entendo de lei.. eu vou falar assim: ‘não.. não é assim que acontece... olha aqui na lei aqui.. é assim...’ (Joana, colaboradora da Associação de Preservação Ambiental das Nascentes da Lagoa e Parque Santa Luzia, filha de D. Maria Batista).

A participação da comunidade entra, portanto, numa correlação de forças na medida em que reconhece a participação da comunidade, mas esvazia-a através do capital específico do campo ambiental, revelando as desigualdades de poder desse campo.

“Eu num tenho pudê pra isso, né? que a gente é leigo nessa área.. a gente num tem tanto conhecimento sobre essa área... eu pelo menos num tenho estudo assim pra sabê sobre lei... sobre essas coisa... aí eu... chego lá... vejo, participo das aula lá... vejo o quê que eles tá falano.. mas quem sou eu pra chegá perto deles “vamo com vocês conhecê a outra área de lá?” eu não tenho esse.. né.. é uma coisa que a gente tem um limite.. sabe até onde é que eu posso ir.. mas que sinto vontade de fazê um convite, assim como voluntária aqui fora... esse convite eu faço a qualquer um... pra conhecê, mas no momento lá de aula de lá eu num tenho esse pudê lá pra falá, mas fora como voluntária aí tá aberto o convite pra todo mundo, pra conhecê e nós ir lá pra pessoa vê onde é que tá o ponto negativo, conhecê pra num pensá que não é mentira nossa.. porque iscutá o secretário falano acha que é eu que tô falano demais, que é só eu que reclamo mais aqui nesse Santa Luzia... (D. Antônia, integrante da Associação de Preservação Ambiental das Nascentes da Lagoa e Parque Santa Luzia).

No entanto, diante dessa ausência de um ‘capital específico’ do campo ambiental (Zhouri et al, 2005) a estratégia utilizada pelos moradores foi dar visibilidade aos problemas

do Parque, apontando justamente aqueles elementos identificados através de uma relação estabelecida com o bairro por meio de uma racionalidade histórica, a-técnica, a-científica. Gravações de vídeo, feitas pelos próprios moradores, bem como convites às redes de TV e rádio locais, tornaram-se as principais estratégias para evidenciar as contradições da administração municipal do grupo político conservador em relação ao Parque, que não passam despercebidas pelo poder público local.

”Então começou a organizar, fizemos o documentário através daquela filmagem, né, daquela fita... e aí, a partir dessa fita, que foi apresentada na primeira reunião, né mãe?.. [...] O pessoal decidiu que iriam fazer um mutirão, né, e o que a gente queria com esse mutirão? Pra limpar a lagoa e pra chamar atenção do pessoal da secretaria. Aí nós marcamos o dia do mutirão justamente no dia da inauguração do Parque Linear do Rio Uberabinha, né... né do parque linear não... da inauguração da ETE, estação de tratamento de esgoto, aí nós marcamos pra aquele dia. Aí não tínhamos associação não, era só uma mobilização dos moradores. Quê que aconteceu: Cláudio Guedes veio na hora, sete horas da manhã ele estava aqui. Inclusive aí eles arrumaram pra gente os sacos de lixo e um caminhão. [...] Aí o Cláudio Guedes veio e ficou assim, eles ficaram, tenho até a data que iniciou essa limpeza, não foi só no sábado, aí limpamos essa parte aqui, depois viemos pra essa outra parte, não, fomos lá pra... não aí quê que aconteceu, nós chamamos... o Cláudio Guedes teve a idéia da gente chamar o pessoal do Batalhão lá do exército. Eles vieram no dia aí nós limpamos essa parte de baixo ali onde que tem a central de entulhos. Limparam também. Depois fomos pra aquela outra gleba ali próximo à nascente, em frente ao Inácio Castilho, limpamos tudo direitinho. Só que nós limpamos o grosso. Depois dessa limpeza aí nós falamos assim: “ pronto, nós já começamos a fazer a nossa parte, nós queremos esse local limpo, então vocês tem que fazer...” (Joana, colaboradora da Associação de Preservação Ambiental das Nascentes da Lagoa e Parque Santa Luzia, filha de D. Maria Batista).

“Antes de começar esse movimento nós chamou a imprensa. Antes de falar com ele nós começo esse movimento foi primeiro chamando a imprensa pra mostrar os esgoto que tinha, inclusive nós trouxe, veio até o Batista Pereira nessa época, nós foi num local aqui pertinho onde é o Núcleo hoje, tinha esgoto, e nós chamou a imprensa, eles vieram pra filmar, aí o Cláudio Guedes falou pra mim que não era pra chamar a imprensa, que eles iam resolver, do mesmo jeito, ele procura jeito assim de fazer eu calar e não chamar a imprensa...” (D. Antônia, integrante da Associação de Preservação Ambiental das Nascentes da Lagoa e Parque Santa Luzia).

Passados alguns anos, em 2001, o grupo político progressista retorna ao poder retomando o discurso da participação política. É essa administração que constrói o Núcleo de Educação Ambiental, abrindo espaços à participação dos moradores do bairro, através de uma estreita relação com os integrantes da Associação de Preservação Ambiental das Nascentes da Lagoa e Parque Santa Luzia. Tal interação é ressaltada por D. Antônia e Joana com a solicitação por parte da Secretaria de Meio Ambiente para criação de nomes possíveis para o Núcleo, escolha do lugar para sua construção e, principalmente, nas atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Educação Ambiental:

“Foi aí que ela falou que queria a participação de vocês, da comunidade?”

“Isso, pra dinamizar o Núcleo, porque a Secretaria tem uma participação sim, mas a importância maior que eles davam era do povo ali” (Joana, colaboradora da Associação de Preservação Ambiental das Nascentes da Lagoa e Parque Santa Luzia, filha de D. Anônia).

“Participava... nessa época aí... tinha a participação das pessoa membro da associação, o secretário do meio ambiente, nós era assim ligado eles com nós, sempre tava junto, sempre toda reunião que acontecia eles tava junto, pra passar pra nós proposta do que eles tava... do que tava acontecendo, e as nossas idéia junto com eles. Até o mandato do prefeito, do último prefeito, do Zaire Resende, nós caminhô sempre unido, várias vezes nós fazia, ia na secretaria de meio ambiente, chegava lá era bem recebido, trocava idéia junto com o secretário, até esse mandato nós teve assim entrosamento, ligado eles com nós” (D. Antônia, integrante da Associação de Preservação Ambiental das Nascentes da Lagoa e Parque Santa Luzia).

A construção do Núcleo de Educação Ambiental, bem como a retomada no cenário municipal da democracia participativa, coincide com a entrada no cenário nacional do governo Lula e, no mesmo contexto, na Diretoria de Educação Ambiental (DEA) do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação, de um grupo de pesquisadores que estabelece princípios democráticos e participativos para as políticas públicas de Educação Ambiental. Para tanto, a estratégia utilizada é o *empoderamento* dos sujeitos sociais envolvidos com o intuito de seu fortalecimento (Sorrentino *et al*, 2005)¹¹, tendo em vista uma educação ambiental crítico-emancipatória.

Articulado por essa diretoria, emerge o ProNEa - Programa Nacional de Educação Ambiental - afirmando princípios democráticos e participativos, na busca por um modelo socioeconômico sustentável (Brasil, 2005), na mesma linha da PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999). Cabe ressaltar que essas iniciativas brasileiras inserem-se no cenário mundial de institucionalização da Educação Ambiental, no bojo da própria crise ambiental que emerge a partir da década de 1970.

Esse incentivo, no plano nacional, à participação dos sujeitos envolvidos nas políticas públicas de Educação Ambiental é identificado nas ações desenvolvidas pelo poder público local através dos grupos progressistas. No entanto, há uma clara percepção, por parte do grupo de moradores, dos limites da administração pública não somente em desenvolver as ações de Educação Ambiental no Parque, mas principalmente no sentido de dar cabo aos problemas apontados. Nesse contexto, a questão ambiental do Parque, bem como as questões

¹¹ Marcos Sorrentino é diretor de Educação Ambiental no MMA; Rachel Trajber é coordenadora geral de Educação Ambiental no MEC; Patrícia Mendonça é consultora técnica da Coordenação-Geral de Educação Ambiental no MEC; Luiz Antônio Ferraro Junior é professor no Departamento de Tecnologia da Universidade Estadual de Feira de Santana, doutorando na Universidade de Brasília e consultor da Diretoria de Educação Ambiental.

ambientais gerais do município, entram no palco das disputas políticas locais, indicando que as políticas públicas de meio ambiente ainda estão dissociadas de uma perspectiva de um melhor ‘futuro comum’.

E as propostas de vocês? Elas eram recebidas? Eles aplicavam as propostas que vocês faziam?

D. Maria - Nem todas... (D. Antônia, integrante da Associação de Preservação Ambiental das Nascentes da Lagoa e Parque Santa Luzia).

Lourdinha - Acho que eles eram muito limitados também, questão de recursos [...] Eu acho que é orçamento... as próprias pessoas que fazem parte da administração, não da administração do Zaire em si, mas do próprio legislativo, acho que não tinha muito interesse também em colaborar, porque eu não via isso como plano da cidade. (Joana, colaboradora da Associação de Preservação Ambiental das Nascentes da Lagoa e Parque Santa Luzia, filha de D. Antônia).

Atualmente, o grupo conservador está novamente no poder, mas suas respostas em relação às reivindicações dos moradores direcionam-se a uma individualização das responsabilidades em torno do Parque, responsabilizando apenas os moradores pelos problemas, acusando-os de jogar lixo no Parque.

“O diálogo com a secretaria tá sendo o seguinte: quando o morador vai falar sobre algum problema relacionado a essa área, quê que eles falam: é só o lixo, ah, o morador é que tá jogando o lixo. Então, os outros problemas que estão agredindo esse parque não existem. Então o quê que a gente percebe: pode ser que um plano de Educação Ambiental vá ajudar... vá ajudar mais isso a um tempo maior, né, vai exigir um tempo maior pra isso, só que a gente não sabe se esse Parque vai ter esse tempo todo pra esperar. Então tem que ter ações mais... que vá de fato resolver o problema da... o problema da recuperação da voçoroca, outro problema muito grande que a gente vê aqui é que a lagoa aqui não comporta essa água toda, então, aumenta a voçoroca ali embaixo. Por quê que ela não comporta? Porque tá lá no plano de manejo que eles têm que retirá a areia...” (Joana, colaboradora da Associação de Preservação Ambiental das Nascentes da Lagoa e Parque Santa Luzia, filha de D. Maria Batista).

As ações de Educação Ambiental no Parque são apontadas pelo poder público como tentativas de resolução do problema, restando apenas ao morador uma mudança de atitude em relação ao lixo, numa perspectiva individualizada de participação entendida como conscientização.

À guisa de conclusão: As armadilhas do empowerment nas políticas públicas de Educação Ambiental

Resulta, portanto, que as reivindicações dos moradores entram no campo das possibilidades, ou mesmo impossibilidades por parte do Estado, seja de grupos conservadores ou progressistas.

[...] *E o Cláudio Guedes [Secretário de Meio Ambiente pertencente ao grupo político conservador] ele prometeu muita coisa que ia fazer junto com nós, mas tem muita coisa que a gente via que era somente conversa, promete e não faz e o Eduardo Beviláqua [Secretário de Meio Ambiente pertencente ao grupo político progressista] teve também muita promessa que ele prometeu pra gente mas foi somente muita conversa. Muitas promessa tá escrito aí, né, as palavra deles nós temo tudo que eles falava pra nós, nós temo em ata, tá registrado (D. Antônia, integrante da Associação de Preservação Ambiental das Nascentes da Lagoa e Parque Santa Luzia).*

Num cenário mundial de profundas transformações em termos das estratégias de produção, e de globalização financeira, o Estado tem ficado a meio termo entre as reivindicações por maior atuação e, de outro, sua redução. As questões ambientais entram nesse paradoxo, tendo na participação política sua principal estratégia.

Diante de tais condições, os integrantes da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, reivindicam um posicionamento do Estado enquanto “novíssimo movimento social” (Santos *apud* Sorrentino, 2005) no sentido associar-se à sociedade civil na transformação social e cultural da sociedade e do próprio Estado, pelo incentivo à participação política através do *empoderamento* dos sujeitos da sociedade civil. Isso requer, segundo os autores, um resgate do caráter público do Estado através sua ampliação no âmbito da educação e do ambiente. Trata-se, portanto, de um paradoxo em pleno contexto neoliberal.

A resolução desse paradoxo é apresentada ao buscar uma compreensão para as impossibilidades do Estado, no contexto neoliberal, de dar conta daquilo a que é chamado a resolver. Ao tratar de uma possível ‘imobilização lamentosa’ dos educadores ambientais, entendidos como uma ‘mão esquerda do Estado’ (Bourdieu *apud* Sorrentino *et al*, 2005) - decorrente de desilusões frente aos paradoxos vividos pelo Estado pela falta de recursos de um lado, e o clamor da sociedade por mais Estado, de outro -, os autores conclamam ações educacionais participativas pela responsabilidade ambiental que busquem um

“envolvimento e organização de pessoas e grupos sociais nas lutas pela melhoria da qualidade vida fundamentada em valores pós-materialistas, que questionam as necessidades materiais simbólicas de consumo e

desvelam outras possibilidades de felicidade, alegria e vida” (Sorrentino *et al*, 2005:290) [grifos meus].

Incentivo à participação dos sujeitos envolvidos. Trata-se de estratégia de âmbito nacional - identificada também em âmbito local tanto por parte de progressistas quanto de conservadores - para caracterizar as políticas públicas de Educação Ambiental num contexto maior de crise do próprio Estado, fazendo parte, portanto, do paradoxo contemporâneo do Estado. Segundo Rahnema (2000), uma maior receptividade à participação deve-se ao fato de que ela já não é mais um tabu como há duas décadas atrás. Elemento fundamental dos projetos desenvolvimentistas a partir da década de 1950, a participação foi desarraigada de suas raízes socioculturais populares, passando a ser um ‘recurso’ necessário para manter a economia viva (Rahnema, 2000).

Nesse sentido, a perspectiva crítico-emancipatória das políticas públicas de Educação Ambiental, reivindicada pelos integrantes da DEA/MMA, acaba por ser esvaziada sob a lógica da participação popular. Se o alvo são os valores pós-materialistas e o questionamento das necessidades materiais simbólicas de consumo, em busca de possibilidades de ‘felicidade, alegria e vida’ (Sorrentino *et al*, 2005), as políticas públicas de educação ambiental acabam por esvaziar aquilo que elas mesmas reivindicam: a crítica e a emancipação.

Por não estarem necessariamente vinculadas àquilo que os grupos sociais reivindicam como necessidades reais de seu contexto - no caso do território em questão, o Parque Santa Luzia, trata-se na verdade de necessidades de resolução real dos problemas do Parque, para o qual o Estado aponta ausência de recursos - um *empoderamento* dos sujeitos sociais envolvidos acaba por presumir que tais sujeitos não têm um tipo de poder apropriado, mas principalmente que o Estado teria a fórmula secreta de um poder no qual esses sujeitos deveriam ser iniciados (Rahnema, 2000).

Uma tal forma de dar conta das impossibilidades do Estado, através dessa forma de participação proposta pelas políticas públicas de Educação Ambiental, não indica uma aproximação, em contextos reais, de uma abordagem crítico-emancipatória (Lima, 2005), dado que não se trata de uma transformação da ordem social vigente, tal como apontado por Lima (2005) caso contrário, o Estado estaria agindo contra sua própria finalidade, precisamente ao cumpri-la (Kurz *apud* Carneiro, 2005).

Referências Bibliográficas:

ACSELRAD, H. (2001), “Sentidos da sustentabilidade urbana”, in H. ACSELRAD (org.), *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*, Rio de Janeiro, DP & A.

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PADUA, J. A. (orgs). (2004), *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

AUGÉ, M. (2003), *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, Papirus Editora.

BOURDIEU, P. (1993), *Outline of a theory of practice*. Cambridge, Cambridge University Press.

_____. (2002), “A ilusão biográfica”, in M. M. FERREIRA; J. AMADO (orgs.), *Usos e abusos da história oral*, Rio de Janeiro, Ed. da FGV.

BRASIL. *Lei nr. 9795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L9795.htm>>, Acesso em 06/10/2007.

BRASIL. (2005), *ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental*. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. – 3 ed. – Brasília: MMA, DF. Disponível em: <www.mma.gov.br/port/SDI/ea/pronea.html>, Acesso em 06/10/2007.

CARNEIRO, E. J. (2005), “Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável”, in A. Zhouri; K. LASCHEFSKI; D. B. PEREIRA (orgs.), *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*, Belo Horizonte, Ed. Autêntica.

CARVALHO, I. C. M. C. (2001), *A Invenção do Sujeito Ecológico: Sentidos e Trajetórias em Educação Ambiental*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ESCOBAR, A. (1998), *La invención del Tercer Mundo: construcción y reconstrucción del desarrollo*. Santa Fé de Bogotá, Editorial Norma.

ESTEVA, G. (2000), “Desarrollo”, in A. Viola (org.), *Antropología del desarrollo: teorías y estudios etnográficos en América Latina*, Barcelona, Paidós.

- FELDMAN-BIANDO, B. (1987), *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo, Global.
- HALBWACHS, M. (1990), *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice.
- JESUS, W. F. (2002), *Poder Público e Movimentos sociais: aproximações e distanciamentos. (Uberlândia, 1982 - 2000)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Uberlândia.
- LIMA, G. F. C. (1999), “Questão ambiental e educação: contribuições para o debate”. *Ambiente e Sociedade*, 2, 5: 135-153.
- _____. (2003), “O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação”. *Ambiente e Sociedade*, 6, 2: 99-119.
- LIMA, G. F. C. (2005), “Crise Ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória”, in P. P. LAYRARGUES; R. S. CASTRO (orgs.), *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*, São Paulo, Cortez.
- LITTLE, P. E. (1992), “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. *Série Antropologia*, n. 123. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>>, Acesso em 21/12/2006.
- LOUREIRO, C. F. B. (2005), “Educação Ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária”, in P. P. LAYRARGUES; R. S. CASTRO (orgs.), *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*, São Paulo, Cortez.
- ORTIZ, R. (org.) (1983), *Pierre Bourdieu: sociologia*, São Paulo, Ática. (Col. "Grandes Cientistas Sociais", vol. 39).
- RAHNEMA, M. (2000), “Participação”, in W. SACHS (org.), *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*, Petrópolis, Vozes.
- REIS, M. V. (2003), *Entre viver e morar: experiências dos moradores de conjuntos habitacionais (Uberlândia - 1980-1990)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Uberlândia.
- RIBEIRO, G. L. (1992), “Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado: Nova ideologia/utopia do desenvolvimento”. *Série Antropologia*, n. 123. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie123empdf.pdf>>, Acesso em: 03/07/2006.
- _____. (2005), “Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento”. *Série Antropologia*, nº. 383. Disponível em <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie383empdf.pdf>>, Acesso em: 03/07/2006.

- ROSA, A. G.; SAMPAIO, L. M.; CARVALHO, L. C. MENDONÇA, M. G. O.; OHIRA, R. H.; MAUTONE, S. B. M. (2003), *Plano de manejo do Parque Municipal Santa Luzia*. Uberlândia: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
- SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L. A. (2005), “Educação ambiental como política pública”. *Revista Educação e Pesquisa*, 31, 2. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>, Acesso em: 20/09/2007.
- VIOLA, A. (2000), “La crisis del desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo”, in *Antropologia del desarrollo: teorías y estudios etnográficos en América Latina*. Barcelona, Paidós.
- ZHOURI, A. (2001), “Ambientalismo e Antropologia: descentrando a categoria de movimentos sociais”. *Teoria e Sociedade*, 08: 10-29.
- ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. (2005), “Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos”, A. ZHOURI; K. LASCHEFSKI; D. B. PEREIRA (orgs.), *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte, Ed. Autêntica.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (2005), “Desenvolvimento, sustentabilidade e Conflitos Socioambientais”, in A. ZHOURI; K. LASCHEFSKI; D. B. PEREIRA (orgs.), *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte, Ed. Autêntica.